

Resenhas

A SOCIEDADE ESTATAL E A TECNOBUROCRACIA. Luiz Carlos Bresser Pereira. Brasiliense. São Paulo. 1981. 289 p.

Desde a formulação do método marxista, consubstanciado no materialismo histórico, reina entre os teóricos marxistas — e mesmo alguns não marxistas — a idéia de que o advento do socialismo, como decorrência intrínseca das contradições existentes no capitalismo, é inevitável. Mas, e se ao contrário do que previra Marx no século passado — a superação do modo de produção capitalista e a constituição do socialismo —, fosse somente inevitável a extinção do capitalismo? Em outras palavras: e se fosse possível, após o capitalismo, este sim condenado inevitavelmente a ser extinto, a instauração de um “novo” modo de produção antagônico, “baseado no autoritarismo político e na apropriação do excedente por uma minoria”?

Segundo o Professor Bresser Pereira, em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, mais do que uma possibilidade teórica, é esse um fenômeno que está ocorrendo no mundo moderno. Mais do que uma previsão, trata-se de “uma constatação” — “O processo revolucionário de mudança de fase histórica está em marcha”.

Entretanto, o processo revolucionário de que fala o Prof. Bresser Pereira, longe de ser a passagem histórica para o modo de produção socialista, é antes a formação de um modo de produção em que o fator estratégico da produção dominante passa a ser o conhecimento técnico. E por ser o conhecimento técnico o fator estratégico, ou seja, por ser o fator de produção fundamental para o desenvolvimento da economia, será ele o elemento determinante do caráter básico da nova estrutura social, a tecnoburocracia.

Assim, a “história do mundo de hoje é a da transição do capitalismo para a tecnobu-

rocracia e não para o socialismo”

Baseado no fato de que a. historicamente a classe dominante não se torna a dominante no sistema subsequente, cabendo a um grupo oriundo dela, porém diferenciado, assumir o poder na nova sociedade, ou seja, um grupo que, apesar de ter sua origem na classe dominada, consegue galgar a hierarquia social e obter o controle do novo fator estratégico e conseqüentemente constituir o grupo dominante econômica e politicamente da nova estrutura social; b. a existência das classes características de um modo de produção está estritamente sujeita à própria existência do modo de produção e c. a organização sindical aliada ao desenvolvimento das economias capitalistas geraram maiores possibilidades de consumo aos trabalhadores, elevando seu nível de vida e tornando, dessa forma, a classe operária beneficiária do próprio sistema, com um conseqüente processo de “acomodamento político” o autor de *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* procura deixar claro que a questão teórica do momento de transição não é a discussão sobre possíveis formas socialistas, mas sim as definições teóricas do novo grupo emergente e da nova estrutura social.

Se, no entanto, os itens a. e b. podem ser aceitos sem grandes resistências, o item c. deve suscitar, sem dúvidas, enormes discussões, sobretudo no que diz respeito ao movimento operário realizado nos países subdesenvolvidos em geral e no Brasil em particular. É sabido, por exemplo, que os metalúrgicos constituem-se em uma “casta” privilegiada entre a classe operária, recebendo os maiores salários — e portanto tendo um padrão de consumo mais elevado — sendo em parte “beneficiária do sistema”. Entretanto, e curiosamente, o movimento sindicalista no Brasil é marcadamente forte nesta “casta” negando, dessa forma, a observação do autor.

Por outro lado, o acomodamento da classe operária nos países desenvolvidos pode, em grande parte, ser explicado pela falta de definições claras por parte da cúpula sindical e pelos próprios limites dessa atividade. Mais do que ao fenômeno geral de elevação do consumo da classe operária, a cooptação desta aos "interesses do sistema" estaria, então, subordinada a um processo particular ocorrido nos países desenvolvidos.

O livro do Prof. Bresser Pereira, a rigor uma coletânea de ensaios publicados ao longo da década dos 70, apresenta um encadeamento harmonizado. A primeira parte, o ensaio *A Emergência da Tecnoburocracia*, publicado originalmente em 1972, é destinada mais precisamente a uma exposição "intuitiva" do surgimento de uma nova classe e de possíveis novas relações de produção surgidas nesse século. Apesar de tentar esboçar nesta seção os primeiros níveis de conceituação teórica, como afirma o próprio autor, seus "conhecimentos não só do problema, mas também do método histórico e dialético provavelmente não eram ainda suficientes para chegar a esses resultados".

Na primeira parte, Bresser Pereira tenta mostrar como a tecnologia "torna-se cada vez mais importante dentro do processo de produção" e que por ser "propriedade" exclusiva de um número restrito de homens, confere ao trabalho destes uma importância cada vez maior. Além disso, por conseguir desvencilhar-se das amarras de seu criador, a técnica assume realidade por si mesma, torna-se um fator de produção independente. Nas palavras do autor: "O homem desenvolveu a técnica, criou seu pequeno monstro: este cresceu, tornou-se independente e acabou engolindo seu próprio criador". E por ser a técnica o novo fator estratégico de produção da modernidade, também os países que efetuaram uma revolução proletária estavam fadados a transformarem-se rapidamente em uma sociedade tecnoburocrática. Diz o autor: "A Rússia não estava preparada para a realização de uma revolução socialista. A classe operária não era ainda numericamente respeitável". Assim, a tarefa da revolução socialista consistia em realizar

eficientemente o papel dos empresários capitalistas e do Estado capitalista, no que diz respeito à produção de riqueza. Mas tal objetivo, entretanto, só seria possível pela racionalização do sistema social, ou seja, em vez de manter políticos nos postos de comando nas unidades produtivas, como se fizera após a revolução, somente aqueles que detinham o conhecimento técnico organizacional foram aproveitados. "E o resultado disso foi o surgimento de uma 'nova' classe . . ."

Da mesma forma, um outro tipo de revolução, as revoluções militares ocorridas principalmente em países subdesenvolvidos, também caracteriza-se por ser um aspecto da emergência da tecnoburocracia. Por ser a instituição militar uma organização burocrática extremamente desenvolvida e haver nos países subdesenvolvidos uma forte aspiração ao desenvolvimento econômico, os militares assumem para si, por reunirem capacidade técnica e organizacional e serem assim capazes de imprimir maior eficiência ao sistema, a tarefa social do desenvolvimento. E por serem detentores do novo fator estratégico de produção, "eles tendem a assumir o poder político"

Vale a pena ressaltar, nesta primeira parte do livro, o capítulo VII — *A Ideologia Tecnoburocrática* —, no qual o autor começa a esboçar o que é a ideologia dominante no novo modo de produção. Por ser a técnica a essência da nova sociedade, o conhecimento, a cultura e a arte devem, necessariamente, passar pelo crivo da técnica. Da mesma forma, o conceito de política se esvai, surgindo em seu lugar "decisões técnicas", com o que a racionalidade, a objetividade e a eficiência das ações são garantidas pelo conhecimento técnico, ou seja, "Governar não é um problema político, é um problema técnico".

A segunda parte do livro — o ensaio *Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção*, publicado originalmente em 1977 — merece especial atenção por ser uma elaboração mais precisa e conceitualmente mais sólida do novo modo de produção.

Constando que, nos últimos cinquenta anos, uma nova classe surgiu e assumiu o poder nos países soviéticos, através da degenerescência das revoluções socialistas; que vem aumentando sua participação no poder entre os países subdesenvolvidos através do controle do Estado; e que "mesmo nos países capitalistas desenvolvidos vem crescendo em importância não só ao nível do Estado, mas também ao nível das grandes organizações privadas" o Prof. Bresser Pereira procura caracterizar o novo modo de produção, baseado em algumas características "novas", que Marx, em sua análise, não chegou a conhecer.

Assim, os fenômenos de a. o capital deixar de ser propriedade privada da burguesia, dos instrumentos de produção e passar a ser propriedade estatal; b. a apropriação do excedente econômico, que no capitalismo é feita através da mais-valia, passar a ser feita via remuneração dos tecnoburocratas e c. o preço, ao contrário do capitalismo, começar a exercer um papel meramente contábil, sendo administrado por interesses da política econômica, indicam as "novas" características do modo de produção tecnoburocrático.

A terceira parte do livro, na qual Bresser Pereira revela uma profunda preocupação em abrir uma discussão franca sobre o assunto, já que cede espaço a "críticas" de José Arthur Giannotti — *Além do Capitalismo?* — e Luiz Antonio de Oliveira Lima & Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo — *O Capitalismo e os Limites da Burocracia*, caracteriza-se por fértil discussão entre os autores, sobretudo no que diz respeito à caracterização de fenômenos "novos" como um novo modo de produção.

Os artigos de Lima & Belluzzo e Giannotti são, ambos, críticas ao ensaio que compõe a parte segunda do livro. Como diz Bresser Pe-

reira, "este segundo ensaio, ao contrário do primeiro, despertou debates que aparecem na terceira parte do livro". Tanto as críticas como as defesas se pautam, respectivamente, no ataque e defesa da existência do novo modo de produção. Giannotti, por exemplo, nega a existência do modo de produção tecnocrático, não só do ponto de vista da observação do fenômeno, mas também, e principalmente, do ponto de vista teórico, o que se nota imediatamente a partir do próprio título. Afirma que Bresser Pereira não consegue caracterizar um novo modo de produção exatamente por não conseguir "pensar o problema da geração da forma do excedente". Do mesmo modo, coloca a questão da forma de propriedade do Estado sobre os meios de produção: assim "se o fizer sob a forma de valor, se cada empresa continuar a produzir *mercadorias*, se ainda os custos de produção forem computados segundo seus preços de reposição, a simples propriedade estatal não passa a indicar, de maneira alguma, novo modo de produção". Faz porém uma ressalva: "por certo, a forma desse valor não cumprirá todas as determinações que Marx discrimina nela, outros atributos e outras negações precisarão ser introduzidas".

Finalmente, na quarta parte do livro — *China e União Soviética, Estatismo e Socialismo* — Bresser procura utilizar os conceitos desenvolvidos ao longo de todo o livro, para analisar as formações sociais destes dois países. Dois capítulos são de particular interesse: *O Fim da Revolução Cultural* e *A União Soviética e as Classes*.

Enfim, a questão da existência ou não do modo de produção tecnocrático está lançada. E mais do que uma questão teórica, como alguns podem afirmar, de sua resposta dependerá, sem dúvida, a ação de vários grupos de interesse.

Paulo Sérgio B. Tafner
FEA/USP

NO LIMIAR DA INDUSTRIALIZAÇÃO. Liana Maria Aureliano. Brasiliense. São Paulo. 1981. 137 p.

No Limiar da Industrialização se integra ao esforço empreendido por uma série de autores⁽¹⁾ no sentido de reinterpretar o desenvolvimento do capitalismo latino-americano e, particularmente, do capitalismo brasileiro. Tal esforço — que tem por interlocutor privilegiado o paradigma cepalino — conduziu à formulação de um outro paradigma, o qual contém uma nova proposta de periodização do processo histórico estudado; os momentos-chaves são os do processo específico da instalação do modo de produção capitalista na América Latina: constituição da economia nacional, passagem ao trabalho assalariado, subordinação do capital mercantil ao capital industrial, internalização das bases técnicas necessárias à reprodução do capital. Desenvolvendo a análise antes delineada por João Manoel do período 1919-1937, da etapa de auge e crise da “economia exportadora capitalista” aos primeiros anos da “industrialização restringida”, o livro de Liana M. Aureliano dá seqüência aos trabalhos referidos.

Para a autora tanto a crise da economia exportadora capitalista quanto sua superação por uma nova fase do desenvolvimento capitalista brasileiro somente podem ser compreendidos como conjunção de fatores econômicos e políticos: são anos de “crise social que só se resolverá em um novo modo de acumular, nos quadros de uma nova

estrutura de poder”⁽²⁾. Fiel a essa perspectiva, o livro divide-se entre o movimento real da economia e a evolução do Estado, basicamente em sua relação com as frações dominantes e na política econômica. Elemento digno de nota é a saudável ausência de uma concepção instrumentalista do Estado; este jamais aparece de forma simplista, por exemplo, como “nada mais que” o Estado “a soldo” dessa ou daquela fração social.

A leitura de *No Limiar da Industrialização* é de grande importância, a começar pela própria escassez e insuficiência da bibliografia existente sobre esse período decisivo (aliás, seja qual for o critério adotado para a periodização). A obra apresenta proposições extremamente originais e de grande alcance para o entendimento de nosso capitalismo. Algumas delas se ressentem da falta de maior desenvolvimento; apesar disso, seguramente constituem orientação fecunda a futuras pesquisas.

Valeria a pena, particularmente a partir da tese de João Manoel, delinear algumas das características distintivas dessa perspectiva teórica e da periodização proposta (em especial no que se refere às etapas que antecedem àquelas abordadas por Liana).

Um dos traços mais marcantes dessa perspectiva consiste na recuperação do instrumental teórico elaborado pela crítica da economia política. Assim, o rompimento com a economia cepalina passa pelo questionamento das categorias de corte neoclássico que essa escola utiliza (não obstante sua pretensão crítica). A categoria “fator de produção” por exemplo, fazia passar despercebida a importância da transição histórica ao trabalho assalariado⁽³⁾, momento de destaque na nova periodização. Mais que isso, porém, a perspectiva teórica opera na definição mesma do objeto a ser estudado: a industrialização capitalista, entendida como criação

(1) A saber, CARDOSO DE MELLO, João Manoel. *O Capitalismo Tardio (Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira)*. Campinas, 1975. Tese de Doutorado (mimeo); TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização do Brasil*. Rio de Janeiro, 1976. Tese de Livre-Docência (mimeo); SILVA, Sérgio S. *Expansão Cafeeira e origens da Industrialização no Brasil*. São Paulo. Alfa-Omega. 1976. CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em S. Paulo*. S. Paulo, Difel, 1977.

(2) AURELIANO, Liana Maria. *No Limiar da Industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 53.

(3) CARDOSO DE MELLO, J. M. *op. cit.*, p. 20.

das forças tipicamente capitalistas. Tal processo tem como uma de suas etapas a constituição da Nação, tomada pela Cepal como a grande ruptura.

É importante compreender que o referencial teórico que se procura elaborar não poderia estar mais distante da sobreposição indevida e vulgar da análise de *O Capital* e dos outros clássicos marxistas à complexa realidade latino-americana. A industrialização na América Latina tem sua especificidade duplamente determinada: “*por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária*”⁽⁴⁾.

Na introdução do livro, a autora nos adverte de que a compreensão do capitalismo brasileiro deve prescindir do corte entre determinações “endógenas” e “exógenas”. Segundo ela, nosso capitalismo “é complexamente determinado pelo seu movimento interno e pela dinâmica do capitalismo mundial”⁽⁵⁾. Esses dois elementos atuam conjuntamente transformando-se um ao outro; é impossível considerá-los isoladamente. Apenas que o movimento interno é determinante “em primeira instância” — impõe o percurso a ser trilhado pela economia, necessariamente dentro do quadro demarcado pelo capitalismo mundial (determinante em “última instância”).

O contraste com a Cepal é evidente. Para essa escola, o desenvolvimento latino-americano pode ser tomado como reflexo das economias centrais. Mesmo o movimento que conduz a superar esse padrão é para a Cepal desencadeado pelas circunstâncias atravessadas pelas economias centrais (crise de 29). Trata-se da passagem crucial do “desenvolvimento para fora” ao “desenvolvimento para dentro”. Antes, a dinâmica do sistema era

delimitada pela demanda externa; depois, por um elemento interno, o investimento. “O centro dinâmico se desloca *para dentro da Nação*, que passa a comandar a si própria”⁽⁶⁾.

Já na visão alternativa, essa oposição rígida entre o “externo” e “interno” carece de sentido, uma vez que o objetivo é a análise de qualquer período a partir da conjugação indissociável desses dois aspectos.

Não se pretende negar que, na colônia, as forças produtivas e as relações sociais de produção que conformam sua economia sejam introduzidas “de fora” pelo capital comercial. Uma vez rompido o Pacto Colonial, porém, já não se pode tomar a história latino-americana como “reflexa”⁽⁷⁾. “A queda do ‘exclusivo metropolitano’ e, em seguida, a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir”⁽⁸⁾. O surgimento do Estado Nacional, portanto, é tomado como um marco de nosso desenvolvimento econômico: encerra-se a etapa da *economia colonial*, dando lugar à *economia mercantil escravista nacional*. Assim, embora o trabalho assalariado represente a opção mais adequada ao capitalismo que emerge da Revolução Industrial, a eliminação do escravismo será uma decisão nacional.

Com a abolição do escravismo, adentra-se a *economia exportadora capitalista*, “primeira fase do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro”⁽⁹⁾. Nessa etapa, a indústria mantém-se em relação de “dupla dependência” com o capital cafeeiro; dele depende para importar equipamentos e para realizar seu produto, uma vez que a capacidade para importar e os mercados são gerados pelo complexo exportador cafeeiro.

(4) CARDOSO DE MELLO, J. M. *op. cit.*, p. 100.

(5) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 9.

(6) CARDOSO DE MELLO, J. M. *op. cit.*, p. 10.

(7) Ver, a propósito, CARDOSO DE MELLO, J. M. p. 39.

(8) CARDOSO DE MELLO, J. M. *op. cit.*, p. 51.

(9) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 10.

Os dois primeiros capítulos de *No Limiar da Industrialização* enfocam o período 1919-1929. Liana M. Aureliano procura explorar uma proposição de grande significado: o ano de 1929, além de marcar a mais grave crise do complexo exportador cafeeiro, conhece os limites da própria economia exportadora capitalista.

O primeiro momento da análise é dedicado à crise do café, que, para a autora, não encontra suas raízes na conjuntura internacional — na crise de 29, por exemplo — e sim, em boa medida, na política econômica brasileira. A partir do final de 1926, a política de defesa permanente do café torna-se efetiva, não só promovendo “a ampliação da capacidade de produção nos países concorrentes, como, e principalmente, no Brasil, sem correspondente expansão do mercado”(10). A Grande Depressão, portanto, apenas precipita um desastre inevitável.

Enfrentada a problemática do café, o aprofundamento da tese defendida pela autora exige que se responda à seguinte questão: “Por que em 1929 não há uma simples interrupção de uma fase de expansão exportadora capitalista que, anos mais tarde, reviveria, quando passasse a tempestade?”(11).

A resposta é procurada no próprio grau de amadurecimento do capitalismo brasileiro. Na segunda metade da década de 1910, a agricultura mercantil de alimentos já nos garante auto-suficiência nos produtos da cesta de consumo popular (à exceção do trigo). O mesmo se pode dizer, com base no censo de 1919, em relação à indústria de bens de consumo assalariado. Acompanhando o desenvolvimento industrial nos anos 20, apoiada na pesquisa de Wilson Cano, Liana M. Aureliano procura matizar a interpretação usual, que enfatiza as baixas taxas de crescimento; teria ocorrido um processo significativo de modernização da indústria de bens de consumo assalariado, num contexto de in-

tensificação da concorrência intercapitalista e crescimento relativamente maior da indústria paulista.

Mais relevante ainda que os elementos acima citados — premissas da autonomização do capital industrial — são os primeiros passos na instalação do departamento de bens de produção. “A existência deste núcleo caracteriza, num sentido rigoroso, a expressão indústrias artificiais. Artificiais não porque, tal como aparecia nos argumentos livre-cambistas, eram comparativamente menos vantajosas; mas artificiais, sim, porque estranhas a um padrão de acumulação cuja dinâmica é comandada pelo capital exportador e cujas condições sociais e políticas são definidas através das relações de dominação impostas pela fração hegemônica da burguesia exportadora”(12).

Entretanto, a passagem à *industrialização restringida* — etapa seguinte do nosso desenvolvimento capitalista — não é creditada somente à instalação do núcleo inicial do departamento de bens de produção. “No âmbito de uma economia capitalista de desenvolvimento tardio”, a crise da economia exportadora capitalista “tende a se autoperpetuar na ausência de uma política deliberada por parte do Estado e de condições favoráveis ao nível da competição intercapitalista mundial. Mas não se autoperpetuou, e tanto a quebra da hegemonia da fração cafeeira da burguesia, com a emergência de um novo quadro de poder político, quanto a ruptura das articulações externas da economia brasileira foram decisivas para que o capitalismo se adentrasse numa nova e mais avançada fase de desenvolvimento” (13). Eis uma tese de importância extrema — e ousada, pois refere-se ao capitalismo tardio em geral — e que, no entanto, não é suficientemente aprofundada.

Os anos 20, então, são também anos de contestação da hegemonia cafeeira. São anos

(10) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 83.

(11) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 14.

(12) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 92.

(13) AURELIANO, L.M. *op. cit.*, p. 92.

em que a burguesia cafeeira, às voltas com as dificuldades enfrentadas pelo café, procura assegurar-se de uma parcela maior do controle sobre o aparelho de Estado, o controle até então partilhado pelas frações regionais de poder. Desfeito o "pacto oligárquico", questiona-se cada vez mais aquela hegemonia, aliás, desde sempre bastante precária: "É de se perguntar até se, com rigor, se poderia pensar como hegemônica, no interior do bloco de poder, uma fração de classe que, em nenhum momento, consegue, detendo o poder de Estado, apresentar e realizar seus interesses de modo a transformá-los em projeto 'universal', ao mesmo tempo sintetizando e generalizando os interesses particulares de outras frações dominantes" (14).

Em face desse quadro, torna-se evidente a fragilidade das análises que, ao cabo, reduzem toda política econômica do período à mera materialização dos interesses cafeeiros. Liana M. Aureliano propõe uma análise radicalmente distinta, partindo do mapeamento, em termos gerais, das questões então colocadas para a política econômica, vinculando-a à "dinâmica cíclica da economia cafeeira" e à "precária base de sustentação econômica e política do Estado brasileiro" (15). Segundo a autora, a partir dessa perspectiva "compreende-se por que a política econômica do Estado era constantemente obrigada a contrariar seus interesses imediatos, na defesa dos interesses maiores da própria sobrevivência do aparelho de Estado e da manutenção do pacto de poder" (16).

A partir de 1933, instaura-se um novo padrão de acumulação, em que o crescimento industrial responde pela dinâmica da economia. As mais altas taxas de acumulação registram-se no setor de bens de produção, libertando cada vez mais a acumulação industrial da capacidade de importar gerada pelo café.

Por outro lado, "a indústria de bens de consumo assalariado, ao invés de ligar-se primordialmente ao complexo exportador cafeeiro, passa a ligar-se à reprodução da força de trabalho industrial" (17). Será uma industrialização restringida até 1955, pois que "as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, *num golpe*, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção" (18). Até o Plano de Metas, o capitalismo brasileiro estará às voltas com o limite em última instância imposto pela capacidade de importar. Deve-se deixar sublinhado que o estudo do movimento concreto da economia brasileira durante a industrialização restringida deixa muito a desejar. Trata-se, de qualquer modo, de um dos períodos menos conhecidos de nossa história, permanecendo ainda à espera de uma aproximação mais minuciosa.

No terceiro capítulo, seguindo ano a ano a política econômica em alguns de seus aspectos, a autora retoma o questionamento das interpretações correntes. A recuperação econômica, por exemplo, não pode ser atribuída à "defesa inevitável" do café, simplesmente, ou a uma política industrializante. A sustentação do café é, sim, importante, embora levada a cabo apenas parcialmente. Deve ser empreendida, pois tem como alternativa o transbordamento da crise para a indústria, a agricultura de alimentos e as finanças públicas. Não seria possível, porém, contemplar plenamente os interesses cafeeiros: um maior ritmo de desvalorização cambial também prejudicaria as finanças públicas, aumentando a dívida externa em mil-réis.

Uma interpretação correta da política econômica deve levar em conta o fato de que, derrubada a hegemonia cafeeira, vigora até 1937 uma "crise de hegemonia no sentido estrito" e n que "nenhuma classe ou fração de classe logra o controle do aparelho

(14) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 85.

(15) AURELIANO, L.M. *op. cit.*, p. 55.

(16) AURELIANO, L.M. *op. cit.*, p. 58.

(17) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 124.

(18) Ver CARDOSO DE MELLO, J. M. *apud* AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 93.

de Estado". A burocracia estatal adquire uma autonomia relativa e procura responder às solicitações dos vários blocos regionais, que articulam interesses ao mesmo tempo "agrários, comerciais, financeiros e industriais"⁽¹⁹⁾. Além disso, o Estado chamará frações de classe a expressarem *nacionalmente* seus interesses. Propondo o debate sobre o salário mínimo, por exemplo, chama a burguesia industrial a manifestar seu ponto de vista. O Estado age à frente das classes. Tanto é assim que o Estado pós-1937 vê suas pretensões industrializantes esbarrarem também na própria burguesia industrial, "certa de que a instalação do núcleo fundamental da indústria de bens de produção lhe roubaria as divisas"⁽²⁰⁾ (aliás, esta é uma afirmação apresentada sem respaldo de ordem empírica).

A *industrialização pesada*, porém, teria de esperar até o Plano de Metas. À época estudada, nem o capital estrangeiro nem o nacional dispõem-se ao investimento na indústria pesada: o primeiro não atravessa conjuntura propícia ao investimento externo, o segundo

acomoda-se nos setores em que lhe é possível operar com baixo risco. Aqui se afirma, mais uma vez, a especificidade de nossa industrialização: processando-se em plena etapa monopolista do capitalismo, impõe ao capital nacional e ao Estado obstáculos intransponíveis; exige intensa mobilização de capitais, necessária à viabilização de indústrias cuja planta mínima atinge grandes dimensões, e utilização de tecnologia de difícil acesso.

Com a industrialização pesada, constituem-se forças produtivas especificamente capitalistas. Internalizado o departamento produtor de bens de produção, a acumulação supera aquele "limite em última instância"; adequa-se, enfim, ao conceito de modo de produção capitalista (guardando, obviamente, as peculiaridades da industrialização tardia), retirando de seu percurso todos os obstáculos, com exceção daqueles impostos pela própria acumulação.

Antonio Carlos Macedo e Silva
Mestrando da UNICAMP

(19) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 99.

(20) AURELIANO, L. M. *op. cit.*, p. 97.

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DEMANDA EFETIVA. Jorge Miglioli. T.A. Queiroz. São Paulo, 1981. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais)

Nos últimos anos, os limites do que se convencionou chamar Macroeconomia vêm, claramente, se modificando. Inicialmente, houve a releitura de Keynes, no esforço de distinguir a mensagem contida na Teoria geral daquilo que nos manuais de Macroeconomia mais difundidos era apresentado como herança keynesiana. Houve, em seguida, a descoberta de Kalecki e a compreensão de que seu pensamento não poderia ser tratado apenas como antecipação de alguns resultados desenvolvidos na Teoria Geral. A descoberta de Kalecki trouxe, inevitavelmente, para o centro da discussão acadêmica, o pensamento marxista que lhe dá suporte.

O livro de Jorge Miglioli *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva* reflete bem a ampliação da discussão teórica no campo da "Macroeconomia Acadêmica". Numa linguagem clara e muitas vezes irreverente, Miglioli demonstra que a discussão do problema da demanda efetiva não é privilégio de Keynes. Ou seja, no século que transcorre entre Ricardo e Keynes, o problema da demanda efetiva, embora ausente do pensamento "neoclássico" e "clássico" esteve presente na literatura marxista sob o nome de "problema da realização" ou de "problema dos mercados". Mais ainda, o problema da realização da mais-valia ou da demanda efetiva constituiu um dos pontos mais controvertidos entre os autores marxistas, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX.

As quase trezentas páginas de *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva* destinam-se a apresentar a controvertida questão do problema da realização (demanda efetiva) pelos autores marxistas, trazendo a discussão até Kalecki. Uma única exceção é feita: Miglioli discute a arqui-famosa Lei de Say, suas implicações e o porquê da longa permanência dessa lei no pensamento neoclássico.

Por que Say?

A "lei dos mercados" de Say, segundo a qual a produção gera sua própria demanda,

foi aceita por Ricardo e Stuart Mill e incorporada como elemento fundamental da ortodoxia neoclássica. Somente as objeções levantadas por Keynes na Teoria Geral abalaram a convicção "neoclássica" de inexistência de restrições por parte da demanda para a contínua expansão da economia. Além disso, é indispensável esclarecer a inexistência de qualquer semelhança entre a Lei de Say e os esquemas de produção de Marx.

Como fica amplamente demonstrado nos demais capítulos desta obra, as formulações teóricas de alguns autores apoiados nos esquemas de reprodução de Marx levaram à identificação dessas teorias com a Lei de Say. A citação que Miglioli faz de Plekhanov é bastante esclarecedora: "Segundo essa teoria, a reprodução não tem barreiras de nenhuma espécie e as crises se explicam simplesmente pela desproporção dos meios de produção. Werner Sombart considera o ilustre estudioso russo Tugan-Baranovski como o pai dessa teoria presumivelmente nova. Na realidade, o verdadeiro pai dessa teoria, que não é nova de modo algum, foi J. B. Say, em cujo *Traité* foi exposta detalhadamente (...) Além de Sr. Tugan-Baranovski, entre nós também propagou essa teoria o Sr. VI. I. (Lenin), em suas 'Observações sobre o Problema da Teoria dos Mercados' de 1899, assim como em seu livro 'O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia' (...)" (p. 157). Se interpretações distintas podem levar ou não à aceitação da crítica de Plekhanov a Tugan-Baranovski e Lenin, Marx, certamente, está isento da classificação de seguidor de Say. Vejamos o que diz Miglioli: "Marx devotava grande desprezo por Say e por sua *lei dos mercados* e não perdoava Ricardo por tê-la adotado e defendido. Podemos mesmo afirmar que foi precisamente ao criticar a versão ricardiana dessa *lei* aplicada à análise do processo capitalista de acumulação que Marx começou a formular sua concepção a respeito da importância da realização da mais-valia" (p.3).

Os esquemas de reprodução de Marx iniciam a apresentação do problema da realização. Segundo Miglioli: "Marx analisou exaustivamente as condições da criação da produ-

ção, mas não as da realização” e “Embora a criação e a realização façam parte do processo de reprodução considerado em seu conjunto, isto é, sejam apenas momentos específicos desse mesmo processo, elas, enquanto momentos específicos, apresentam diferentes condições” (p. 211). Assim, desde o fim do século XIX, com os populistas russos (Vorontsov, Nikolaion), os marxistas “legais” e “revolucionários” (Struve, Bulgakov, Tugan-Baranovski, Lenin) até as primeiras décadas do século XX (Rosa Luxemburgo, Kalecki), o problema da demanda efetiva, ou dos mercados, recebeu interpretações distintas. Desprezando as diferenças entre os autores, podemos dizer que essas interpretações resumem-se em dois grandes grupos: aqueles que advogam a inexistência de restrições da demanda para o desenvolvimento das economias capitalistas e os que

identificavam, o “problema dos mercados ou da realização como uma das questões básicas a serem resolvidas por esta forma de organização social”.

A apresentação deste debate nos conduz das formulações mais ingênuas — os populistas russos — até o pensamento solidamente desenvolvido de Kalecki, sem dúvida o autor privilegiado no livro. É em Kalecki que encontramos a solução de vários erros presentes nas formulações anteriores e a interpretação adequada do papel da demanda efetiva na dinâmica das sociedades capitalistas.

Ao leitor, fica a frustrada espera de um capítulo final, à guisa de conclusão, e a certeza de ter lido uma contribuição importante para a biblioteca de Teoria Econômica.

Silvia Maria Schor
FEA/USP

LATIFÚNDIO E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. Manuel Correia de Andrade. Livraria Duas Cidades. São Paulo. 1980. 115 p.

O cotejo dos títulos publicados nos últimos anos sobre agricultura brasileira indica, claramente, um oportuno revigoramento do debate sobre a questão agrária no Brasil.

No início da década dos sessenta, a discussão centralizava-se na necessidade de reformas estruturais, inclusive a agrária, para que o desenvolvimento econômico nacional pudesse prosseguir; foram tempos de amplos debates e diversas posições. Posteriormente, a literatura privilegiou a abordagem específica da modernização agrícola, de forma acrítica e muitas vezes pseudo-científica, de modo a beneficiar as posições da política oficial. Mais recentemente, voltou-se a discutir os problemas ligados à questão agrária, principalmente no que diz respeito à natureza e às conseqüências das transformações que ocorrem no meio rural brasileiro. Neste esforço de análise, não poderia faltar o nome conhecido de Manuel Correia de Andrade. *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil* contribui neste debate e é fruto de uma longa, coerente e profícua atividade de pesquisa.

O autor de *A Terra e o Homem no Nordeste* percorreu um longo caminho de investigações sobre a realidade rural brasileira, contribuindo primordialmente nos estudos sobre o Nordeste, relações de produção no campo, concentração de propriedade e a relação entre esta e o poder político. O ensaio em questão é voltado para o estudo do "problema da intervenção do Estado no processo de produção e organização do espaço agrário e suas implicações tanto geográficas como políticas e econômicas" Está dividido em três partes, que têm em comum a reflexão sobre as características e as conseqüências da penetração do capitalismo no campo. Trata, portanto, da modernização agrícola movida pelo Estado e de suas implicações em termos de concentração de terra e renda, acumulação de capital e mudança nas relações

de produção.

Na primeira parte — *Latifúndio, Expropriação e Miséria* — o autor analisa o predomínio, as conseqüências e a consolidação do latifúndio no Brasil, evidenciando as relações sociais que se estabelecem, o processo de destruição gradativa da pequena produção e a proletarianização da mão-de-obra rural. Demonstrado o domínio da exploração latifundiária, com seus óbvios efeitos concentradores, Manuel Correia torna claro que este domínio vem sendo consolidado, via política de modernização, "em nome de uma racionalização da agricultura e do desenvolvimento do capitalismo"

A segunda parte — *Estado, Reestruturação ou Reforma Agrária* — analisa o sentido da intervenção do Estado na agricultura. Para tanto, começa por expor a evolução da "estrutura fundiária" brasileira em termos de números de propriedades, conforme extensão e nível de exploração. A seguir, chama a atenção para o fato de que tais números não devem ser considerados isoladamente, mas que se faz necessário considerar "quais as classes sociais ou os grupos sociais que se formam no meio rural, em função da distribuição de propriedade da terra e quais os tipos de relações que surgem daí entre proprietários e não proprietários" Assim, as relações sociais estabelecidas surgem como importante fator explicativo da capacidade (ou incapacidade) de os agricultores internalizarem os benefícios da ação política, o que gera privilégios entre agricultores, produtos e regiões.

Para a análise do caráter da ação governamental, Manuel Correia evidencia a diferença entre Reforma Agrária e Reestruturação Agrária. Mostra que a política buscava esta última, como parte de uma estratégia para modernizar o campo com equilíbrio entre classes sociais: de um lado, o Estatuto da Terra, com os objetivos de alcançar a reestruturação agrária pela regularização da posse da terra e gerar uma classe média rural composta de pequenos produtores de agricultora moderna e rentável; de outro lado, o Estatuto do Trabalhador Rural, com a finalidade de transferir para o meio rural os

dispositivos legais que já regiam as relações de trabalho no meio urbano. A modernização, portanto, seria efetivada juntamente com a construção de uma estrutura de classes estabilizada: grandes proprietários transformados em empresários, pequenos proprietários constituindo a classe média e o proletariado rural amparado pelas leis trabalhistas.

É bastante interessante o modo como o autor examina a efetiva ação da política oficial. O acompanhamento da aplicação (ou não aplicação) dos dispositivos dos dois Estatutos legais indica a coerência da política em beneficiar a concentração de rendas e terras agravando os problemas distributivos.

Por fim, a terceira parte — *Ecologia, Agri-*

cultura e Organização do Espaço — constitui uma alerta do autor no que diz respeito à relação existente entre a modernização agrícola no Brasil e o agravamento da problemática ecológica.

As três partes desta obra (com destaque para a segunda), embora redundantes em alguns pontos, formam um todo bastante ilustrativo para todos aqueles que se interessam em conhecer o sentido das grandes transformações que ocorrem no meio rural brasileiro.

José Juliano de Carvalho Filho
FEA/USP

MARGINALIDADE: um estudo do "migrante estabelecido" no Brasil. Günther Franz Schühly (trad. Maria Cecília Leuenberger). Agir/PUC. Rio de Janeiro. 1981. 172 p.

Este livro é o resultado da ação pastoral do autor junto às comunidades pobres de Campos do Jordão, comunidades estas constituídas por migrantes de outras regiões do Estado e de outros Estados, mormente Minas Gerais, durante os anos de 1971 a 1973.

Como referencial teórico, o autor tomou a adequação de dois conceitos: marginalidade e integração. "A marginalidade e a integração não são problemas acadêmicos em um mundo onde a marginalidade é um processo contínuo que afetará cada vez mais as massas em processo de urbanização, frustrando sua luta pela sobrevivência. Este estudo, portanto, pretende examinar os processos de marginalização e integração da maneira como são compreendidos pelas próprias comunidades em vários níveis na luta que travam por melhores condições, e explicar, a partir desta perspectiva, os conceitos de marginalidade e integração"

Após uma descrição da cidade e da vida urbana, observando a existência de três classes: turistas, classes média e baixa integradas (comerciantes), e grande massa das camadas sócio-econômicas mais baixas, o autor parte para a fundamentação teórica. A década dos 60 trouxe novo modelo sócio-econômico de desenvolvimento, através de pesquisas da ONU, OEA, UNESCO, conforme exposição pormenorizada no livro. O novo modelo de "autoconfiança" destaca variáveis previamente minimizadas ou desprezadas. Isto gerou a hipótese de trabalho formulada como segue: "em termos de variáveis sócio-econômicas, os favelados podem ser considerados pobres e marginalizados; no entanto, em termos psicossociais, consideram-se altamente integrados." As categorias de variáveis sócio-econômicas (renda, educação, profissão, habitação e sistemas de previdência social) e as categorias de

variáveis psicossociais (avaliação da migração, sociabilidade, avaliação do emprego, satisfação, coesão social, mobilidade social e aspirações para os filhos) foram escolhidas dentro do objetivo de medir a marginalidade e a integração através de uma operacionalização (relativamente adequada dos conceitos de todas as variáveis em questão). Pesquisas similares orientaram o delineamento das técnicas de pesquisa utilizadas aqui.

Processados e interpretados os dados, a pesquisa mostra que a hipótese está confirmada: os favelados devem ser considerados, em termos sócio-econômicos, pobres e marginalizados, enquanto que em termos psicossociais, os favelados se consideram altamente integrados. Outras conclusões: 1. o uso de variáveis psicossociais ao lado das variáveis sócio-econômicas aumenta a compreensão de um sistema bem mais sutil de comportamento de grupo de referência observado na população que migra de áreas rurais para áreas urbanas; 2. para compreender a dinâmica de migração, urbanização, marginalização e integração, precisamos, além do conceito de "grupo de referência" da teoria da mobilidade social, desenvolvida por Sorokin, Lipset, e Reinhard Bendix.

Dois apêndices encerram o livro: dados migratórios e dados sobre emprego, renda e educação. O livro amplia o número de obras publicadas sobre marginalidade social. Tem o mérito de tomar conhecimento e ir além destas, uma vez que procura desenvolver uma visão totalizante do problema, anexando variáveis psicossociais às sócio-econômicas, no objetivo de captar mais elementos para o entendimento do processo de marginalização.

*Januário Francisco Megale
FEA/USP*